



Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
DO MUNICÍPIO DE LONDRINA – 1º QUADRIMESTRE DO
EXERCÍCIO DE 2016 (em 25.5.2016)**


JUNIOR SANTOS ROSA

VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Sinopse elaborada por:
Eduardo Mendes



Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2016 (em 25.5.2016)

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, às dez horas e dez minutos, na Sala das Sessões da Câmara Municipal de Londrina, o vereador Junior Santos Rosa, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Casa, deu início à Audiência Pública de Prestação de Contas do 1º Quadrimestre do Exercício de 2016 (em atendimento ao artigo 9º, parágrafo 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e convidou para compor a mesa dos trabalhos o Controlador Geral do Município, senhor João Carlos Barbosa Perez; o Assessor de Planejamento Edson Antônio de Souza, neste ato representando o Secretário Municipal de Planejamento, senhor Daniel Pelisson; o Secretário Municipal de Fazenda, senhor Paulo Bento; e o Controlador da Câmara Municipal de Londrina, o senhor Wagner Vicente Alves. Inicialmente passou-se à prestação de contas da Câmara Municipal de Londrina, feita pelo Controlador Wagner Vicente Alves (*Anexo I – Material expositivo do Poder Legislativo*). O vereador Junior Santos Rosa justificou a ausência do vereador Jamil Janene (Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento) por motivo de viagem anteriormente agendada. Posteriormente, a prestação de contas do Poder Executivo (*Anexo II – Material expositivo do Poder Executivo*) foi feita pelo senhor Paulo Bento (Secretário Municipal de Fazenda), que fez as considerações iniciais e falou sobre os principais investimentos em 2016; pelo senhor João Carlos Barbosa Perez (Controlador Geral do Município), que falou sobre a execução orçamentária e financeira; pelo contador Danilo Aparecido Landegrafi Barbosa, que falou sobre a execução do Orçamento Criança; pela senhora Clarice Junges (Assessora da Secretaria Municipal de Assistência Social), que falou sobre a avaliação qualitativa do Orçamento Criança; e pela senhora Mara Maricato (Assessora da Secretaria Municipal de Planejamento), que falou sobre o Plano de Metas do Município. Encerradas as apresentações, passou-se à fase de questionamentos e esclarecimentos: (*que foram transcritos na íntegra, conforme segue*)

Vereadora Elza Correia – Boa tarde a todos. Primeiro eu me dividi em duas agendas hoje. Eu estava num outro evento um pedaço, para poder participar aqui a maior parte do tempo, porque eu acho que compete ao vereador, e é responsabilidade do vereador, acompanhar em relação às metas, o que tem sido feito, as demandas reprimidas, as dificuldades, porque só com esse conhecimento é que nós podemos atuar melhor aqui na Câmara de Vereadores

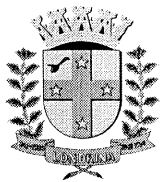


Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2016 (em 25.5.2016)

em nossas ações. Então a gente percebe, infelizmente, eu não sei se é uma... Eu já falei da vez passada, uma questão de divulgação ou não, porque aqui acaba ficando servidores praticamente nessas reuniões. É lamentável. É, mas eu queria dizer que acho importante mas a gente sai um pouco frustrada sempre dessas apresentações. E não é frustrada em relação ao Executivo na execução, quer dizer no uso do dinheiro, porque tem sido usado com bastante rigor e transparência. Isso eu acho muito legal para Londrina, é uma coisa fundamental que inaugura um novo momento da vida da cidade. Então eu quero cumprimentar todos os servidores e o Governo, na pessoa do Secretário Paulo, do Edson, do João Carlos, do Júnior, do Wagner, que é do Legislativo mas também nos ajuda muito, da Secretária Sônia, e eu vi alguns secretários que também já passaram por aqui mas tiveram que se retirar. Então a gente acaba vendo mais problemas do que soluções. E é compreensível, porque o orçamento é praticamente o mesmo. Como que a demanda aumenta, e especialmente na situação que nós estamos vivendo aqui hoje no Brasil, do ponto de vista econômico, a tendência é piorar. Porque o índice de desemprego caiu (*sic*) assustadoramente, e ao cair (*sic*), aumentar o desemprego. Todos os outros problemas que são sequências disso, consequências do desemprego, desestruturação familiar, problema da criança e do adolescente, quer dizer, é em cadeia o problema. E o Município de Londrina não consegue acompanhar essas demandas reprimidas, porque é uma realidade nacional. Hoje a gente está vivendo isso no Brasil. E é lógico que a gente vê que a Secretaria da Mulher, por exemplo, cumpriu... Superou a meta em algumas... Com um orçamento sinceramente... Mas é o orçamento que pode ser, mas é ínfimo. Isso a gente vem discutindo desde que foi instituída lá atrás a Coordenadoria, porque há ainda culturalmente nos governos que esse trabalho não deveria nem ser política pública. Não é o caso do nosso, mas há esse ranço ainda, esta desinformação. E em outras Secretarias... Secretaria de Obras, Secretaria de Agricultura, como atender com esse recurso que tem aqui. Então a gente não tem muito que dizer do ponto de vista, a menos que eu tivesse aqui uma solução mágica para dizer: "Vamos conseguir dinheiro de tal forma". Porque o que veio para a Casa foi uma tentativa de discutir a Planta de Valores e a reação foi terrível. Terrível e equivocada, porque o projeto não veio para cá. Aquela primeira proposta foi uma proposta ruim, que foi devolvida. Mas depois, em função da reação, eu achei que o Executivo deveria ter mandado – esta é a minha posição – sim a Planta de Valores para abrir um debate, apresentar para a sociedade as



Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2016 (em 25.5.2016)

dificuldades, porque cobrar é fácil... Cobram vereador... Em todas as sessões nós vemos falas de vereadores cobrando o Executivo, e esta é a nossa função mesmo... A população cobra, os setores cobram, mas o dinheiro não existe. Então é preciso que a gente... Esperava sinceramente que houvesse esse enfrentamento do Governo, esta determinação de mandar sim para cá a Planta de Valores para a gente discutir, porque se não for feita agora, em algum momento vai ter que ser feita. Então uma preocupação que me fica é porque não tem, por exemplo, explicação para programas que o Município não aderiu – a Clarice colocou isso muito bem – é preciso saber... Na apresentação passada também houve a mesma cobrança. E é preciso ter respostas. Eu acho que a Câmara precisaria ter respostas. Se não é agora, estas respostas tem que vir. O Governo tem que mandar para nós. Porque é que não aderiu a programas que se comprometeu lá atrás, que seria com o governo federal, com o governo estadual. Todos esses pactos o Governo assina, mas não cumpre. E isso gera uma expectativa e daí? É chato ver essas apresentações: “Ah, o Governo não aderiu”. Precisa aderir. Eu achei um número muito pequeno de crianças e adolescentes atendidos por conta dos recursos, por conta de cortes, por conta de contingenciamento que houve na Cultura. Eu não estou querendo dizer... Fazendo crítica que não fosse necessário fazer o contingenciamento, mas evidentemente que o contingenciamento depõe contra, quer dizer, diminui o atendimento evidentemente em áreas que eu considero fundamentais também. Educação é importante? Claro. Saúde é importante? Claro. Mas para que ande bem a questão da Saúde e ande bem a questão da Educação, outras áreas... É porque é um trabalho em rede, é uma engrenagem, porque se um dente dessa engrenagem quebrar, não funciona o resto. Então eu espero que a gente tenha a resposta porque não foi aderido a esses programas: saúde bucal, especialidades médicas e outros que foram apresentados aqui. E é isso. Eu acho que... A gente sempre fica com aquela vontade de ver alguma novidade, mas as novidades são sempre negativas, no sentido de que aumentou a demanda, aumentaram os problemas, e o dinheiro é o mesmo. É mais uma consideração que eu estou fazendo de que a gente precisa pensar junto... Está encerrando o Governo Kireeff, eu não sei o que vai acontecer depois, então eu não sei se tem alguma medida ainda nesses quatro, nesses restantes... Quantos (*meses*) faltam para terminar o ano? Sete meses. Que nesses sete meses o Governo consiga pensar alguma coisa rapidamente, porque... Não sei se é exagero, mas eu acho que a situação só está piorando



Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2016 (em 25.5.2016)

do ponto de vista econômico. E se alguma coisa não for feita, mais programas (*sic*) e mais dificuldades teremos pela frente. Obrigado.

Vereador Junior Santos Rosa – O João vai responder, mas ele pediu para também ouvir a pergunta do Junior, assessor e chefe de gabinete do vereador Jamil Janene. Então você já pode elaborar a sua pergunta, Junior.

Senhor Atacy de Melo Junior (Assessor do Vereador Jamil Janene) – Bom, na verdade são três pontos aqui. A questão que me chamou a atenção foi o número de refeições servidas pelo Restaurante Popular, que não chegou na meta estipulada. Então são alguns milhares de refeições e para se calcular essa meta existe acho que uma licitação, um número “x” de refeições servidas, só para... Não sei... Só para que a equipe tenha atenção do porquê não se atingiu essa meta em questão de refeições. Na verdade não é uma pergunta, é uma reflexão aí para a equipe e para a Secretaria responsável, já que houve um planejamento dessa meta e deve ter sido em cima de número de refeições, em cima do número de... Por licitação, empresa contratada. Por que é que não foi servido? Poderia canalizar e não haver essa perda. E aí eu tenho uma dúvida também na questão do fundo financeiro da CAAPSML, lá no *slide* 15, a gente tem, na parte do projetado em 2016, trinta e oito milhões e setecentos e cinquenta (*mil*) e o realizado de quase 16 milhões. Então assim, no quadrimestre, se a gente projetar isso daí vai estourar o projetado com certeza, quer dizer que em um quadrimestre você usou... Está num percentual acima de trinta e três por cento. Depois, nos bens e direitos, embaixo no mesmo *slide*, nos bens e direitos, saiu de um cenário em quatro meses, diminuiu doze milhões em apenas quatro meses. E também continuando falando do mesmo Fundo, dos planos previdenciários, no *slide* 17, ele sai de um cenário de... É que quando apareceu na tela estava até em vermelho o risco. Então ele sai de um cenário de noventa e um milhões e cai para quarenta e sete milhões, isso daí num período de pouco mais de um ano. Então assim, se seguir essa tendência, quer dizer o quê? Em 2007 (*sic*) não vai ter dinheiro? Então eu queria saber se é essa a minha análise, eu não sou economista, eu não tenho, assim como os senhores aqui, que falam com mais propriedade, então eu gostaria de saber se de fato é essa análise que a gente tem que fazer e se também se é essa... Se caminha para isso, esse orçamento, como a vereadora Elza colocou, o Kireeff está trabalhando, tem esses meses, mas e para o ano que vem então? Vai zerar para o ano que vem? Então, o orçamento 2017 isso daí já está sendo previsto para esse fundo financeiro, e existe uma previsão?



Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

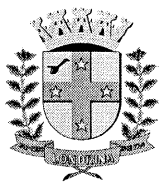
AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2016 (em 25.5.2016)

Qual seria o valor, e de onde que viria esse valor, a fonte da receita também, porque a gente sabe aqui na Câmara que tudo que vai fazer tem que falar de onde vem a fonte, então nessa questão aí. E eu tenho outra dúvida também, que é lá na questão do *slide* 20, que a gente a receita corrente líquida do Município. Então lá a gente tem um aumento, uma evolução de treze por cento nessa receita, e a gente vive aí numa inflação de onze por cento. Quer dizer o quê? Então, tá positivo, está favorável aí. Por outro lado o Município o mês passado teve o Decreto 548, que cortou hora extra de funcionário, acabou atingindo a Saúde, e essa discussão toda veio para a Câmara aqui. Então está em evolução essa corrente líquida, essa receita. Por outro lado algumas medidas muitas vezes a gente olha essas medidas e fala: “Ué, mas será que a receita não está boa ou não?” Mas aqui o número fala que está bom, contradizendo, por exemplo, o que a gente acha do decreto. Então precisa saber se o Município passa por alguma dificuldade ou se de repente foram criadas algumas novas contas, que vai entrar futuro, por isso que não sabe, já está fazendo contingenciamento agora. Então alguma coisa prevista acima do previsto e por isso está tomando estas medidas.

Senhor João Carlos Barbosa Perez – Elza, com relação às adesões que a senhora colocou, tem razão. A gente vai solicitar à Saúde para saber qual o motivo da não adesão a esses convênios. Com relação à Planta Genérica, eu concordo plenamente com a senhora. Nós temos que debater a Planta Genérica de Valores. A Planta Genérica de Valores tem um potencial de cento e vinte milhões de reais por ano. Nós falamos tanto em renúncia fiscal do Profis, mas nós não falamos da renúncia que não fazer a Planta Genérica de Valores ocasiona. Então essa Planta Genérica nós temos que debater não só para o efeito do equilíbrio das contas do Município não. Mas para trazer justiça fiscal. Para que as pessoas paguem no mesmo patamar. Nós temos imóveis hoje em Londrina que custam um milhão de reais sendo tributados sobre cem mil. Então é um debate que a cidade tem que fazer. Nós temos que debater...

Vereadora Elza Correia – Me permite só um aparte, até porque a Câmara... Eu coloco como um todo, quer dizer sem especificar ninguém, mas veja bem, a Câmara fez circular naquela audiência pública uma fala equivocada, de que era aumento de IPTU...

Senhor João Carlos Barbosa Perez – É revisão, uma revisão.



Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2016 (em 25.5.2016)

Vereadora Elza Correia – E com isso... É lógico que a sociedade ficou... Então eu acho que a gente tem que retomar...

Senhor João Carlos Barbosa Perez – E essa revisão, quando nós falamos em revisão, Elza, fazendo uma analogia, é como um casamento. É na alegria e na tristeza. Havendo redução do valor, nós temos que reduzir também a contribuição. Então esse valor sobe ou reduz. Tem que ser feita uma análise de mercado. Então essa discussão, esse debate, tem que ser feito. Com relação ao Junior, você fez aqui três perguntas. O Fundo Financeiro hoje da CAAPSMML é o grande problema do Município. Se você verificar aqui, nós encerramos 2015 com sessenta milhões e caímos para quarenta e sete (*milhões*), treze milhões. Nesse ritmo, nós vamos chegar lá em dezembro com setenta milhões de *déficit*. É óbvio que tem outros projetos tramitando para equacionar essa conta, mas a dificuldade é muito grande mesmo. Agora quando você coloca com relação à receita corrente líquida, uma evolução de quatorze por cento, só fazer uma ressalva: a receita corrente nós comparamos um período com outro. Esse período de agora, que nós pegamos de maio a abril deste ano, contemplou o Profis. Nós tivemos uma receita de Profis, então quatorze por cento de acréscimo na realidade não é isso, é menor. Porque se nós tirarmos a receita do Profis, a nossa receita corrente líquida de um bilhão, três meia nove (*mil*), cai um pouquinho. Daí você faz o comparativo, a evolução é menor. E nós temos alguns tributos, por exemplo o ITBI. O ITBI nós arrecadamos doze milhões no primeiro quadrimestre. Está projetado sessenta e cinco milhões para o ano. Então o desaquecimento da economia impactou em alguns tributos. Mas nós temos que verificar, por exemplo, quando nós analisamos o orçamento do Município, um bilhão e setecentos milhões, desse valor oitocentos e trinta e seis milhões são recursos livres. Desses recursos livres, seiscentos e poucos milhões é folha de pagamento, depois nós temos amortização da dívida, aumento de capital da Cohab, despesa de custeio... Então a margem para tentar equilibrar as contas é muito pequena. Este decreto que você sugeriu aqui é uma das ações que nós trabalhamos com esse impacto na queda na arrecadação, para tentar chegar no final do ano com equilíbrio fiscal, que é o que a Lei nº 101, a Lei de Responsabilidade Fiscal, preconiza. Então é uma das ações. E temos outras ações. Mas existe uma preocupação muito grande para este ano e para o ano que vem, Junior. Você tem razão. A preocupação nossa hoje é o equilíbrio fiscal.



Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2016 (em 25.5.2016)

Senhora Clarice Junges – Eu sinceramente me pergunto, embora a gente tenha uma metodologia do Orçamento Criança e a gente tem um percentual destinado, que é considerado correto, mas a questão da prioridade para criança e adolescente em meio à crise me preocupa muito. Porque recentemente, por exemplo, o Município foi autuado, digamos assim, pela Justiça, não sei os termos técnicos da coisa, por conta justamente da estruturação dos Conselhos Tutelares. Os próprios conselheiros foram à Justiça, ao Ministério, mobilizaram, disseram que não tem condições adequadas de trabalho e que eles precisam disso para garantir o direito da criança e do adolescente. O Judiciário entendeu que era justa a reivindicação e determinou ao Município que cumprisse um determinado valor lá para poder estruturar os Conselhos. Foi realizada uma solicitação ao Comitê que analisa os orçamentos, as finanças, e houve negativa. E existe o Município aí com uma perspectiva de uma multa diária num valor exorbitante, que por sinal iria para o Fundo da Criança. Esse era o aspecto positivo. Mas que taxaria o Município. Então houve a solicitação ao Conselho, à Comissão de Fundos, que socorresse nessa hora com o dinheiro do Fundo. Tudo bem, é do Município, é para investir em criança, mas que é questionável pela lei federal, se seria... Diz que se poderia utilizar em caso de calamidade, de emergência, e aí houve assim bastante controvérsia inclusive ao passar isso pelo Conselho. Então a pergunta é como que a gente vai... Se criança e adolescente é prioridade, nessas ocasiões como que se prioriza de fato isso? E outra questão, enquanto servidora agora, dizer que aquilo que não é reajustado na arrecadação acaba de alguma maneira nos taxando, que a gente acaba de alguma maneira pagando uma parte dessa conta, enquanto servidor público, porque daí se corta inclusive banco de horas e a demanda por trabalho é imensa. E aí o que é que a gente faz? Trabalho voluntário? E aí então se tem setores prioritários que tem banco de hora ou que tem hora extra, e tem setores que não tem. Na ordem do dia, qual que é mais importante, fazer um planejamento, desenvolver uma pesquisa é menos importante do que arrecadar recurso? São todas questões que passam no dia a dia pelo questionamento da gente.

Senhor Paulo Bento – Clarisse, nós entendemos bem a posição do Município quando se fala de criança, quando se fala de adolescente. Nós nos preocupamos da mesma forma. Nós, como Secretário, como ser humano, como cidadão, nós somos preocupados e muito. Agora, nós temos que analisar hoje. Houve realmente... O Comitê realmente houve uma recusa, mas lá



Câmara Municipal de Londrina

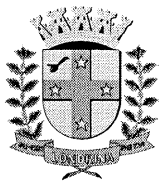
Estado do Paraná

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2016 (em 25.5.2016)

naquele pedido ninguém falou que era da criança, que era para proteger a criança. Pediram para comprar móveis, para equipar lá umas salas para que o pessoal possa ficar. É um direito e é uma necessidade. Mas no momento nós estamos numa economia, então nós cortamos os investimentos. Agora há uma preocupação: receita. Está difícil. Aonde? Caiu a queda... O governo federal caiu, o governo estadual caiu, a indústria caiu, a indústria automobilística caiu, o comércio caiu. A arrecadação não vem. Quando a Elza diz que nós erramos na Planta de Valores, que deveríamos ter insistido, eu concordo também. Ela tem razão. Mas o Município é um grande condomínio, quem paga a conta são os condôminos. Então há falta de arrecadação, precisa vir uma planta – é o que eu disse agora a pouco, eu disse para alguém – eu falei que não interessa quem é o Prefeito que vem o ano que vem, nós temos que pensar na cidade para o ano que vem. Nós temos que nos preocupar com a cidade. A economia? Nós estamos fazendo o máximo possível para a gente equilibrar as contas do Município. Nós estamos cortando? Tem que cortar, infelizmente. Nós não podemos deixar de pagar conta. Nós não podemos deixar de pagar a folha de pagamento. Nós estamos equilibrando as finanças. Nós fechamos hoje com um saldo aí razoável. Não aquilo que nós queríamos, e temos uma expectativa difícil para o final do ano sim. Mas olha, é necessário para a Educação, é necessário para a Saúde, é necessário para a Assistência Social. Mas é o momento que o país vive hoje. Nós temos que ter a compreensão de todos nessa situação. E nós estamos fazendo tudo aquilo que nós podemos dentro das nossas finanças.

Senhor Alexandre Martins Batista (Assessor do vereador Jamil Janene) – Bem, dentro da apresentação, no primeiro quadrimestre de 2015 foram empenhados doze milhões e oitocentos e cinquenta e oito mil a título de juros, encargos e amortização da dívida pública. Já agora em 2016, no primeiro quadrimestre, a gente teve algo em torno ali de dezenove milhões, setecentos e quarenta e dois mil. Numa análise simplista, o custo da dívida pública cresceu um pouco mais de cinquenta por cento. Até na fala do Secretário, a gente tem falado em queda de arrecadação. Tudo tem caído: indústria, fundo de participação, de maneira geral. Dentro disso houve esse aumento de pagamento, de empenho, mais de cinquenta por cento. O que o Município contraiu então de empréstimo lá de janeiro de 2013 até hoje, abril de 2016? Esses empréstimos foram a curto, médio ou longo prazo? Existe alguma previsão de contratação de novos empréstimos até o final do ano? Por que se





Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2016 (em 25.5.2016)

está caindo tudo, como é que nós vamos ter receita para pagar esta conta de empréstimo? Porque se os empréstimos estão sendo feitos, realizados, tende a só aumentar a dívida pública com a tendência de não se aumentar a receita, pelo o que eu entendi.

Senhor João Carlos Barbosa Perez – Nós temos um *slide*, uma apresentação, que traz a dívida consolidada líquida, e nós temos o comparativo daquilo que surgiu ou daquilo que saiu da apresentação, mas nós temos um aumento. Essas dívidas são corrigidas, é Selic, é INPC. A dívida fundada nossa tem a correção, então realmente ocorreu um aumento. O que a gente tem tido muita cautela lá é para contrair novas dívidas. Então a orientação técnica é que a gente coloque de forma prudente, que avalie essas operações. Para quê? Para que o Município não contraia mais dívidas, embora nós atendamos a legislação. Se você pegar lá as Resoluções nº 40 e 43 do Senado Federal, elas trazem uns índices lá, e Londrina está aquém desses índices. Só que é uma análise muito frágil essa análise. Aquela resolução do Senado é muito frágil. Os índices que ela traz lá são muito grandes. Se nós analisarmos a situação do Município de Londrina hoje, de um bilhão e setecentos milhões, que é o nosso orçamento, apenas oitocentos e trinta e seis milhões são recursos livres, e nós temos que gerenciar esses recursos livres. Então para fazer uma análise em relação a contrair mais empréstimos nós temos que analisar além das normativas do Senado, o fluxo de caixa do Município. E é isso que nós estamos fazendo. Mas essa evolução ocorre também em função da correção dessas dívidas. Tem um quadrinho no final que traz todo o detalhamento dessas dívidas. A ideia daqui para a frente é fazer uma avaliação técnica na análise para contrair novas dívidas. É isso que nós fazemos.

Encerradas os questionamentos e esclarecimentos, o vereador Junior Santos Rosa agradeceu a presença de vereadores, secretários, assessores, servidores e comunidade em geral (*Anexo III – Lista de Presença*) e encerrou a audiência pública às doze horas e quinze minutos.


Junior Santos Rosa

Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento